

# Brasilienses querem a representação

José Neves, líder sindical dos comerciários; Sigmaringa Seixas, ex-presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção DF; o ex-senador Catete Pinheiro; Severina Ferreira de Lima, coordenadora do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Sobradinho, e Aristóteles Gusmão, presidente da Federação dos Servidores Públicos de Brasília, são alguns nomes que já estão sendo ventilados por segmentos da sociedade brasiliense, para defenderem os interesses da população, caso seja aprovada a emenda do senador Itamar Franco (MDB-MG), que será apresentada logo na reabertura do Congresso, em março próximo, propondo a criação de uma assembleia legislativa para o Distrito Federal.

## APOIO

A criação de uma assembleia legislativa para representar politicamente a Capital foi amplamente apoiada pelas diversas entidades classistas e, sobre a questão, assim se manifestou Maurício Correa, presidente da Ordem dos Advogados do Brasil-Seção DF: «Se o governo nos acena a todo instante com melhores dias para o futuro político da nação, presumo, que, no que diz respeito especificamente à Capital, a sua melhor forma de demonstrar os seus propósitos, é sugerindo que, inclusive, os líderes arenistas incentivem e votem a favor de eleições para Brasília».

No entanto, Maurício Correa defende uma representação política não apenas através de uma assembleia legislativa, mas, também, em todos os níveis, ao frisar: «Brasília é parte do Brasil. Sua discriminação não faz sentido. A população daqui tem que ter os mesmos direitos de todo o resto do País».

Ele acha, ainda, caso as lideranças arenistas venham a pressionar seus parlamentares no sentido de rejeitar a emenda de Itamar Franco, que isso poderia representar, talvez, a primeira contradição da propalada abertura ora anunciada pelo futuro presidente da República.

## CANDIDATOS

«Há vários nomes que poderão representar Brasília numa assembleia legislativa», afirmou Paulo Tim, presidente da Associação dos Economistas de Brasília. Ele citou, por exemplo, Sigmaringa Seixas, ex-presidente da OAB-Seção DF, como sendo um brasiliense que certamente receberia apoio popular, caso se candidatasse numa eleição para deputado estadual pelo DF. «Ele é um homem com vivência na cidade e conhece bem seus problemas», justificou-se Paulo Tim. Essa sua opinião foi endossada pela classe universitária: «Se ele se candidatasse, diante de uma eventual aprovação da emenda Itamar Franco, eu votaria nele». Afirma Ana Maria do Carmo, estudante de Letras da UnB, que não se esquece da atenção que a classe estudantil recebeu daquele advogado, durante os últimos movimentos estudantis em 1977.

O presidente da Associação dos Economistas de Brasília lembrou também o ex-senador Catete Pinheiro, «homem identificado com a comunidade brasiliense», que bem poderia representar congnamente a população, numa assembleia.

## COMERCIÁRIOS

José Neves, do Sindicato dos Comerciários, foi outro nome mencionado. «Ele certamente iria defender os interesses da classe», assim se pronunciou Geferson Santos, que trabalha numa das lojas do Conjunto Nacional. Também na opinião de Paulo Tim, José Neves tem densidade de representação, é bastante influente na classe e, por isso, a sua candidatura receberia apoio popular.

Aristóteles Gusmão é tido no meio do funcionalismo público como outro possível candidato de enorme potencialidade. «Por ser Brasília uma cidade administrativa, os 150 mil servidores da cidade votariam nele, certamente», conclui Jarbas Rodrigues, funcionário público. Sobre sua possível candidatura, Gusmão responde não saber como ele poderia ser mais útil à essa considerável parcela da comunidade brasiliense. Se como um representante de classe ou ocupando uma cadeira numa assembleia legislativa.

## PERIGOS

Severina Ferreira de Lima, coordenadora do Círculo de Trabalhadores Cristãos de Sobradinho poderá figurar-se como uma liderança dos moradores daquela cidade-satélite, e bem poderia canalisar e defender os interesses daquela população. Opina Eustáquio José Ferreira Santos. Sobre a citação de nomes

que poderão representar Brasília, caso seja aprovada a emenda do senador Itamar Franco, Eustáquio José Ferreira Santos, presidente do Comitê Pró-Representação Política em Brasília, faz uma ressalva e considera temerária a indicação de possíveis candidatos. «No Plano Piloto está a elite política, mas as cidades-satélites também têm suas lideranças», justifica-se Santos ao exemplificar Severina Ferreira de Lima, de Sobradinho. Para Eustáquio Santos, somente após o delineamento do processo da representação política, através da formação de partidos e apresentação de programas, é que se poderia pensar em lançamento de nomes.

Para ele, embora as associações de classe do Plano Piloto tenham ao seu alcance, maior facilidade para projetar seus líderes, por outro lado, não significa, necessariamente, que esses líderes estejam identificados com a população das cidades-satélites. Ele ressalta a necessidade de uma mobilização, para que todas as lideranças afluam. Eustáquio Santos termina, afirmando que o Comitê Pró-Representação Política em Brasília apoia aquele que tiver o melhor programa e acha que uma assembleia legislativa poderá diminuir a distância entre os anseios do povo e o governo do Distrito Federal.

## ADVOGADOS

A representação política é também endossada por Maurício Correa, presidente da OAB-Seção DF. Ele acha que «a cidade já amadureceu. São várias as universidades que se instalaram; Quatro estações de televisão; Rádios. Bons jornais. Um grande comércio. Enfim, a cidade não é mais aquela dos idos da poeira que ainda a colocaria na época de sua inauguração». Sobre indicação de possíveis nomes que pudessem pleitear uma eventual representação política, Maurício Correa responde que várias pessoas se credenciam, no caso de eleições, para a disputa de cadeiras numa assembleia legislativa. No entanto, conclui, «por defender idéias, é evidente que não sugiro nomes. Isto ficará na consciência de cada um».

## SOCIÓLOGOS

A Associação dos Sociólogos de Brasília, através de Abdias Vilar de Carvalho, seu presidente, fecha questão sobre a representação política para a Capital da República, afirmando, como princípio básico da Associação, que esses representantes sejam eleitos diretamente pelo povo, em voto secreto, através do sufrágio universal. Ele acha, no entanto, inoportuno lançar nomes de possíveis candidatos, porque, antes, precisaria haver uma mobilização geral da população, partindo-se da base, identificando-se os seus problemas e seus anseios, através de amplos debates coordenados pelas diversas associações de classe da Capital. Somente depois dessa mobilização, é que Abdias de Carvalho acredita que se poderia veicular nomes, porque as lideranças iriam surgir naturalmente, através do convívio e da identificação de seus propósitos com a população. Carvalho opina que o Comitê Pró-Representação Política deveria ser um órgão legítimo e de consenso de todos aqueles que lutam por essa representatividade. Para isso, continua Carvalho, o Comitê deveria elaborar uma carta de princípios definindo o modelo de representação defendida, contatando estreitamente com a população, tanto do Plano Piloto como das cidades-satélites, para obter, com isso, uma representatividade legítima.

## PESSIMISMO

Lindberg Aziz Cury, presidente da Associação Comercial do DF e que há tempos vem lutando por uma representação política em Brasília, mostra-se pessimista quanto a aprovação do projeto de Itamar Franco. Ele considera inoportuna, no momento, a apresentação de uma emenda a nível de assembleia. Afirma possuir informações seguras, quando de seus contatos com parlamentares em defesa da emenda Catete Pinheiro, ano passado, que expressam um posicionamento negativo das lideranças arenistas quanto à questão. Para Lindberg, o mais viável seria pleitear primeiramente uma representação a níveis de senadores e deputados federais, cuja receptividade já estaria garantida em Plenário, para, depois, em outra etapa, tentar-se a criação de uma representação a nível de deputados estaduais.

Lindberg preferiu não lançar candidatos, respondendo que o objetivo da Associação Comercial do DF é, primeiramente, dar ao brasiliense o direito de votar.